

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.381, DE 2023

Regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência

O Congresso Nacional decreta:

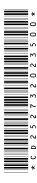
Art. 1º Ficam estabelecidas medidas para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência.

Parágrafo Único. Nomeia-se a presente Lei de "Guerreiras da Ancestralidade".

Art. 2º Para os fins desta Lei considera-se mulher indígena aquela que assim se identificar em qualquer fase da apresentação da queixa, do procedimento investigatório ou do processo judicial.

§1º Serão intimados a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Ministério Público Federal e a respectiva comunidade indígena para que manifestem eventual interesse de intervir na causa com objetivo de fazer com que sejam considerados e respeitados a identidade social e cultural do povo indígena, os seus costumes e tradições, suas instituições, bem como resguardar a convivência comunitária.







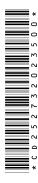
Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

§2º A identificação como indígena, bem como informações acerca de sua etnia ou povo e língua falada, constarão no registro de todos os atos processuais.

Art. 3º O atendimento à mulher e criança indígena vítima de violência doméstica e familiar deve ser realizado por rede de apoio multidisciplinar, composta pelos órgãos públicos responsáveis, respectivamente, pela defesa dos direitos políticos e das garantias constitucionais, pela política nacional de saúde, assim como pela política indigenista, de forma:

- I presencial e individualizada;
- II respeitosa a suas crenças e valores, observados os princípios constitucionais;
 - III com a utilização de intérprete, sempre que necessário;
 - IV em local seguro e adequado;
- V com a garantia de sigilo e confidencialidade das informações.
- §1° Os órgãos que compõem o sistema de justiça e de segurança pública, incluindo as delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis pelo acolhimento e atendimento a vítimas de violências, ao atenderem mulheres e crianças indígenas, deverão tomar providências para evitar sua revitimização e assegurar a compreensão de vítima.
- §2° Quando possível, assegurar a presença de intérpretes na língua indígena falada pela mulher ou criança durante o inquérito ou processo, incluindo depoimentos, audiências e quaisquer outros atos processuais se requerido pela vítima.
 - Art. 4º As delegacias de polícia deverão:
- I capacitar seus servidores para o atendimento à mulher indígena vítima de violência doméstica e familiar;







Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

- II garantir, sempre que possível, a presença de mais de um intérprete em casos de violência, para evitar conflitos de interesse;
- III disponibilizar, sempre que possível, em texto traduzido para línguas indígenas ou por outros meios acessíveis, esta Lei e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), assim como demais normas, legais e infralegais, afetas à proteção das mulheres indígenas;
- IV requerer ao órgão competente, como instrumento auxiliar ao inquérito, dados técnicos de notório saber referentes ao contexto sociocultural da vítima.
- §1º A disponibilização, sempre que possível, de intérpretes de línguas, assim como a disponibilização de documentos traduzidos de que trata esse artigo, se darão em base territorial, levando em conta as particularidades étnicas e linguísticas das comunidades atendidas.
- §2º As ações de capacitação de que trata o inciso I deste artigo serão realizadas em base territorial, com a participação de lideranças das comunidades indígenas locais.
- §3º Os intérpretes referidos no inciso III do art. 3º desta lei deverão, preferencialmente, prestar trabalho voluntário, podendo o serviço ser prestado à distância, utilizando-se de meios de tecnologia de informação.
- Art. 5º A mulher indígena vítima de violência doméstica e familiar terá direito a:
- I ser recebida por um servidor capacitado para o atendimento
 à mulher indígena vítima de violência doméstica e familiar;
 - II narrar os fatos sem interrupções ou constrangimentos;
 - III ter sua palavra traduzida fielmente pelo intérprete;
 - IV ter suas informações pessoais mantidas em sigilo;
- V solicitar medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);







Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

- VI receber orientação jurídica e psicológica;
- VII ser acompanhada por um familiar ou representante da comunidade indígena, se desejar.
- Art. 6º A mulher indígena vítima de violência doméstica e familiar terá direito a acompanhamento e proteção por parte do Estado, por meio de:
- I medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei nº
 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);
 - II serviços de assistência social;
 - III programas de apoio psicológico e social;
 - IV medidas de segurança pública;
- V ações de proteção territorial, em articulação com os órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas.
- Art. 7º Fica instituída a semana do dia 19 de abril como a Semana da Mulher Indígena, voltada à conscientização sobre os direitos e os instrumentos de proteção à mulher indígena.
- Parágrafo único. Durante a Semana da Mulher Indígena o poder público poderá adotar, entre outras, as seguintes ações:
- I promover a distribuição em comunidades indígenas, em texto traduzido para a respectiva língua indígena se for o caso, esta Lei e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), assim como demais normas, legais e infralegais, afetas à proteção das mulheres indígenas;
- II promover, em comunidades indígenas, caravanas itinerantes de serviços públicos relacionados à proteção das mulheres indígenas;
- III promover debates e seminários sobre a temática das violências contra a mulher indígena, envolvendo profissionais, agentes públicos







Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

e especialistas no tema e, destacadamente, lideranças e demais mulheres de comunidades indígenas;

IV – promover a criação e distribuição de cartilhas para a prevenção da violência contra as mulheres indígenas, com orientações no âmbito jurídico, social, psicológico e da assistência social, consideradas as especificidades de base territorial, bem como das comunidades indígenas locais.

Art. 8º O inquérito, assim como eventual processo judicial envolvendo a violência contra a mulher indígena, levarão em conta o contexto cultural da comunidade indígena, inclusive os modos tradicionais de resolução de conflitos, desde que não contrariem os princípios constitucionais.

Art. 9°. Os órgãos públicos responsáveis pela implementação desta Lei deverão promover a articulação entre si e com as comunidades indígenas, a fim de garantir a efetividade dos direitos das mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2025.

Deputada JULIANA CARDOSO Relatora

